

A fronteira é aqui

Evaristo Eduardo de Miranda

O país está atravessando uma das mais graves crises de abastecimento de sua história. Importam-se alimentos em pleno período de safra, e no segundo semestre deste ano a agudização desse processo de escassez levará a um inevitável aumento no preço dos gêneros básicos. O Brasil tem hoje 80 milhões de mal nutridos, dos quais metade sofre de fome endêmica, capaz de tornar-se epidêmica em caso de enchente ou seca. As importações de gêneros básicos podem mascarar essa crise, mas não resolvê-la. O fato é que o desenvolvimento da agricultura brasileira nos últimos anos não foi, paradoxalmente, sinônimo de progresso para a maior parte dos agricultores e nunca chegou a se refletir no ponto final da produção: o abastecimento interno. Uma eventual repetição de políticas equivocadas — expansão da fronteira agrícola e apoio prioritário às grandes empresas agropecuárias — poderá comprometer a estabilização da economia.

Como de costume, premidos pela necessidade de soluções, proliferaram os programas de gabinete, que buscam aumentar, por decreto, a produção agrícola nacional. Não há leite, hoje, para atender a demanda urbana que paga pelo produto, mas a nação propõe-se a dar 1 litro por dia a cada criança. Programas de alimentação popular e merenda escolar buscam fornecer aos brasileiros produtos saídos não se sabe de onde e a que preço. Irrigar 1 milhão de hectares no Nordeste é meta de quatro anos, quando em cinquenta não se implantou oficialmente 200 000 hectares na região. A reforma agrária avança sem coordenação, com iniciativas regionais fundiárias, como o Projeto Nordeste, ou com as exigências da produção. Cogita-se, enfim, em ampliar a fronteira agrícola através de grandes empresas rurais como solução à crise de produção de alimentos. O raciocínio é duplamente nefasto.

Deixa-se de lado a necessidade de melhor utilizar a área agrícola já ocupada, onde frações significativas de terras férteis estão improdutivas, aguardando valorização pela especulação imobiliária. Isso ocorre, por exemplo, em vastas regiões dos Estados de São Paulo e do Paraná, nas quais o governo investiu na implantação de estradas, eletrificação, estruturas de estocagem e comercialização. Estes investimentos estão subutilizados, enquanto que nas áreas pioneiras ainda teriam que ser realizados. Finalmente, a tecnologia adequada à exploração da Amazônia e mesmo dos cerrados não está suficientemente definida. O exemplo do Jari e das agrovilas, cada um a seu modo, foi revelador. No Jari, apesar das inversões maciças de capital, realizadas por um dos homens mais ricos do mundo, colheram-se resultados irrisórios. E as agrovilas, baseadas no traslado de população, fracassaram apesar do entusiasmo inicial. A conclusão óbvia é a de que ainda não dispomos de tecnologia para tornar a Amazônia uma área produtora de alimentos em larga escala.



Apenas o apoio aos pequenos agricultores pode livrar o país da falta de alimentos

Além disso, a proposta da grande empresa esquece os pequenos agricultores. Com menos de 50 hectares, eles garantem 67% da produção nacional do feijão, 56% do milho e também 34% da soja e 47% do café! Sistemáticamente discriminados pela política agrícola e insuficientemente considerados pelos órgãos de pesquisa e assistência técnica, os pequenos agricultores são os verdadeiros grandes produtores nacionais. Hoje, sem regras mínimas sobre a ação do governo no mercado e com a falta de uma política de crédito rural definida, o pacote econômico poderá atingi-los duramente, já que não possuem mecanismos para controlar a queda de preços no campo.

A única alternativa para resolver a questão do abastecimento interno passa pela integração dos pequenos agricultores nesta tarefa. O caso do feijão em São Paulo é exemplar. A região de Itararé produz aproximadamente 10% do feijão nacional e mais da metade da produção do Estado. Os pequenos agricultores representam 88% dos estabelecimentos rurais, só detêm

20% das terras, mas garantem cerca de 80% da produção regional. Apesar disso, pesquisa recente da Embrapa, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, revelou que 90% desses agricultores não recebem orientação ou assistência técnica de órgãos públicos ou privados. Soluções tecnológicas para melhorar os sistemas de cultivo, nas condições sócio-econômicas atuais, já existem. A produtividade, que hoje gira em torno de 800 quilos de feijão por hectare, poderia ser duplicada caso a pesquisa e a extensão rural adequassem e difundissem tais tecnologias.

Se este avanço é possível no Estado que possui uma das agriculturas mais modernizadas do país — apesar de a situação dos pequenos agricultores ser tão difícil, para não dizer trágica —, qual não seria o impacto de uma atuação coordenada pelo governo em nível nacional? Uma política de crédito que privilegiasse obrigatoriamente os pequenos agricultores — em vez de financiar exclusivamente produtos ou regiões, ignorando a composição social dos produtores — ajudaria a garantir rapidamente o aumento na oferta de alimentos básicos, a custos bem inferiores aos da aventura da fronteira agrícola. Para isso, é necessário aumentar o volume do crédito agrícola, cuidando para que ele seja vigiado por comitês municipais de crédito, que evitariam o mau uso do dinheiro. Infelizmente, os programas dos gabinetes, sem consultar as lideranças do campo, parecem postular o sacrifício dos agricultores, do patrimônio natural da nação e dos consumidores urbanos. Lógica sem futuro nem amanhã que esquece a advertência do padre Vieira em seus sermões: “Os discursos dos que não viram são discursos. Os discursos dos que viram, profecias”.

Evaristo Eduardo de Miranda é agrônomo e coordenador de pesquisas no Centro Nacional de Pesquisas de Defesa da Agricultura (CNPDA), da Embrapa